

### **Introdução**

Objetivamos com este texto debater o significado político do suposto antifascismo que começa a se delinear como agenda política no Brasil. A importância de debater tal tema deriva do fato de a consigna “antifascismo” mobilizar parcelas importantes da população, pelo menos os setores mais militantes e organizados de trabalhadores, estudantes, juventude, movimentos sociais etc. Em nome do combate a um suposto fascismo presente no governo Bolsonaro, mobiliza-se consideráveis setores da população nesta luta.

Qual o projeto de classe presente em tais mobilizações? Não me refiro à condição de classe dos que estão começando a ir às ruas com tal bandeira de luta. Refiro-me ao projeto, hegemonia de classe em tais ações. É o governo Bolsonaro um governo fascista, para justificar um movimento antifascista em seu combate? Qual o significado da emergência deste suposto antifascismo para as lutas populares no Brasil?

### **Um pequeno retrospecto das lutas sociais no Brasil dos anos 2000 até os dias atuais**

Para avaliar o significado deste movimento antifascista que está a se consolidar no Brasil como forma de resistência ao governo Jair Bolsonaro, é importante, antes, analisar alguns aspectos das lutas populares no Brasil desde os anos 2000. Como já discutimos em outro trabalho (MAIA, 2016a), houve uma emergência das lutas autônomas no Brasil a partir da década de 2000 e estendeu-se, com certa importância, até 2013 (as grandes manifestações espontâneas de Maio de 2013), tendo ainda alguma expressão em 2014 (manifestações contra a Copa do Mundo de 2014), 2015 com ocupações de escolas e 2016 com as ocupações de escolas, universidades e institutos federais. Daí em diante, houve um retrocesso e paralisia, ficando mais restrita a pequenos grupos, não conseguindo mais ter qualquer significado no rumo das lutas que se seguiram. Em 2019, novamente grandes manifestações populares ocorreram, tendo como alvo o governo Bolsonaro e suas políticas educacionais. Apesar de certa heterogeneidade política em sua composição, com presença de setores autonomistas,

anarquistas, autogestionários etc. em seu interior, a hegemonia e controle das manifestações estava nas mãos das burocracias partidárias e sindicais.

A atual fase do capitalismo, o regime de acumulação integral (VIANA, 2009), implicou no aumento considerável da pobreza e “desigualdades sociais” nos países imperialistas (FORRESTER, 1997), (DUPAS, 1999), (PIKETTY, 2014) etc. Também, nos países de capitalismo subordinado, o mesmo processo é verificável, só que agravando problemas sociais que já eram graves (fome, violência, pobreza etc.) (CHOSSUDOVSKY, 1994), aumento do lumpemproletariado (BRAGA, 2013) etc. Este processo, contudo, acabou também suscitando processos de lutas populares por toda a parte.

Num breve lance de olhos para isto, pode-se citar, por exemplo, a emergência do movimento zapatista no México em 1994, do movimento antiglobalização no final da década de 1990 e início dos anos 2000 em vários países imperialistas (EUA, Canadá, em muitos países europeus etc.), o Movimento Piqueteiro na Argentina de meados dos anos 1990 até aproximadamente 2003, novamente o México em 2007, com o que ficou conhecido como Comuna de Oaxaca, a Primavera Árabe em 2010, Brasil 2013, até as lutas mais recentes no Equador e Chile em 2019, os Coletes Amarelos também em 2018/2019 na França etc. Este é só um apanhado superficial das várias lutas que emergiram em algumas partes do mundo durante o regime de acumulação integral.

No que toca ao Brasil, uma palavra a mais. Os zapatistas no México, o Movimento Antiglobalização foram, no final da década de 1990 e nos anos 2000, referências para lutas que pipocaram em vários países, inclusive no Brasil. Assim, emerge espontaneamente em Salvador, em 2003, o que ficou conhecida como a “Revolta do Buzu”. Realizada majoritariamente por estudantes secundaristas, esta Revolta paralisou a cidade de Salvador por vários dias, reivindicando o não aumento da tarifa de ônibus, passe livre estudantil etc. Em 2004, o mesmo ocorre em Florianópolis, mas agora, além da espontaneidade típica de qualquer grande ação popular, havia também uma articulação de vários setores militantes, que inspirando-se na “Revolta do Buzu”, coloca em andamento grandes manifestações populares, paralisando também esta cidade, impedindo que houvesse aumento da tarifa de ônibus.

No bojo do movimento antiglobalização, no Fórum Social Mundial de 2005, realizado na cidade de Porto Alegre, reúnem-se militantes de vários lugares do país, tendo como pauta a luta pelo transporte coletivo. Desta reunião, surge o Movimento Passe Livre – MPL. Seguindo então processos de organização e ação política que já vinham sendo feitos pelo Movimento Antiglobalização, como o uso da internet para realizar processos de mobilização, formas descentralizadas de organização, ação conjunta em várias cidades, mas com independência e autonomia das localidades etc. o MPL e outras organizações congêneres que começam a surgir, movimentam a cena política brasileira por algum período. Várias manifestações são realizadas no país, algumas de pouca relevância, mas outras que chegam a parar importantes áreas das cidades.

Isto prossegue até 2013, quando um elemento novo ocorre. Articulada também com outras lutas que se desenvolviam em decorrência dos impactos das obras para a Copa do Mundo que se realizaria no Brasil em 2014, e ainda colocando a questão da qualidade do transporte coletivo, e sobretudo lutando para impedir o aumento da tarifa, iniciam em abril de 2013, manifestações (convocadas sobretudo por estudantes) em Goiânia, Teresina e outras cidades. Estas manifestações, culminando geralmente com depredação de patrimônio público e privado, queima de ônibus etc. segue a mesma linha, características e *modus operandi* das que ocorriam desde a Revolta do Buzu. Prosseguem no mês de maio, aumentando em frequência e intensidade, mais cidades realizando atos, como Porto Alegre, Brasília etc. Na manifestação do dia 13 de junho em São Paulo, ocorre uma violenta repressão policial ao ato e ao invés de ocorrer arrefecimento das manifestações, pelo contrário, há uma maior adesão da população àquelas ações. A partir daí ocorre o que ficou conhecido como “Junho de 2013” no Brasil.

O país inteiro parou por algumas semanas diante das megamanifestações de rua. A pauta dos transportes foi absorvida e incorporada em mais demandas que a população trouxe às ruas (saúde, educação, segurança pública, saneamento etc.). Mas o que ganhou em amplitude, perdeu em foco e radicalidade, tendo em vista sobretudo a ação do capital comunicacional que hegemonizou as manifestações no país inteiro, retirando-lhe o caráter contestatório e mais radicalizado, dando-lhe um tom cívico e ordeiro. Fez isto separando a população em geral que estava nas ruas, dos setores mais

“extremistas” e “violentos”. Estes podendo ser agredidos, presos e reprimidos pelo aparato policial<sup>1</sup>.

Do que nos interessa desta breve descrição, é o significado político, do ponto de vista organizacional, da ação e da concepção política desenvolvidas a partir desta década de lutas. Como destaquei em Maia (2016a), alguns termos forjados nestas lutas expressam o conteúdo político que se desejava colocar em prática.

Assim:

Os termos autônomo, independente, horizontal, apartidário (às vezes antipartidário), ação direta, combativo, espontâneo, descentralizado são uma negação clara da forma institucional de se fazer política. Estes termos expressam práticas que negam as práticas sindicais, partidárias e parlamentares. É no conteúdo destas formas que podemos encontrar um vislumbre que aponte para lutas autenticamente revolucionárias, ou seja, que tendam para uma superação global e radical da atual sociedade capitalista. Não que elas agora estejam apontando para isto, mas seu desenvolvimento, radicalização e generalização tendem para tal (MAIA, 2016a, p. 44/45).

Estes termos são, pois, expressão de um conteúdo. Este conteúdo expressa uma negação da política parlamentar, partidária, sindical. Trata-se de um esforço, construído em muitas lutas, durante vários anos de embate com estas instituições, com o estado e com setores do capital (como as empresas de transporte coletivo). Este conteúdo, expresso nestas formas de luta, prossegue ainda por algum período, reaparecendo nas ocupações de escolas em São Paulo e Goiás (2014 e 2015), nas lutas pela educação em alguns estados etc.

Contudo, até onde observamos, foram se tornando cada vez menos frequentes a partir de 2015, com o estabelecimento do processo de impeachment de Dilma Rousseff, reemergem em 2016, na luta contra a aprovação da PEC – 241/55, novamente com ocupações de escolas, Institutos Federais e Universidades. Deixando a cena política desde então<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Fizemos uma detalhada análise destes acontecimentos e seu significado político em Maia (2016a). Apontamos, neste trabalho, os limites políticos que estavam já na origem e se manifestaram nos desdobramentos destes atos. Por questão de espaço e foco analítico, não faremos aqui tal discussão, remetendo o leitor para o texto indicado.

<sup>2</sup> Obviamente que houve outros processos de luta: greves de diversas categorias, ações de outros movimentos sociais etc. Contudo, não tiveram a importância e expressão nacional destas que aqui descrevemos. Também, destacamos o significado político das ações aqui indicadas, pois seu conteúdo

Estas duas décadas implicaram na reemergência das lutas autônomas no Brasil (MAIA, 2016a). Estas lutas chegaram ao nível de rompimento com as burocracias sindicais e partidárias, apontaram para críticas mais ou menos radicalizadas ao estado, ao capital, realizaram manifestações, atos políticos independentes etc. Contudo, devido à própria base social destas várias organizações, sobretudo a juventude (em sua grande maioria estudantes), não foi possível ir além, criticando, na prática, a própria relação-capital, ou seja, o modo de produção capitalista, pois, a classe operária, como classe autodeterminada não se mobilizou, realizando, no máximo, greves locais (espontâneas ou controladas pelos sindicatos e centrais sindicais).

Como se vê, no Brasil, nas duas últimas décadas, desenvolveram-se lutas autônomas de maneira mais ou menos ampla, que arrefeceram de 2016 para cá. Agora, começam a reemergir novos processos de mobilização, de manifestações etc., levantando as bandeiras do “fora Bolsonaro” e “antifascismo”. Diante disto, pode-se indagar: qual o significado, ou seja, conteúdo político, formas de organização, objetivos destas lutas “antifascistas”, que estão agora a se mobilizar?

### **O suposto antifascismo hoje: um retrocesso**

É o governo Bolsonaro fascista? A resposta a esta pergunta nos ajuda a entender a fragilidade do antifascismo que agora começa a se movimentar no Brasil.

Vejamos a seguinte definição:

A princípio, podemos definir o fascismo como um movimento político caracterizado por ser um nacionalismo expansionista, integralista e totalitário que é expressão política e doutrinária da burguesia em aliança com a burocracia (...). Porém, é preciso compreender que, enquanto movimento político, ou seja, uma expressão política de classe (ou conjunto de classes, aliança de classes, etc.), o fascismo possui várias organizações derivadas, além da questão cultural. Assim, é preciso entender, no movimento fascista, o partido fascista, a força paramilitar fascista, o sindicalismo fascista (corporações), o estado fascista, bem como sua base intelectual, a doutrina fascista (VIANA, 2018).

Não temos condições de desenvolver satisfatoriamente aqui esta questão, mas ressaltamos que tais elementos não estão presentes, como unidade programática no

---

apontava para formas de organização, princípios, ações que fugiam à dinâmica institucional usual dos demais movimentos.

governo Bolsonaro. O uso, portanto, da expressão fascismo para caracterizar tal governo é equivocado ou, no mínimo, inapropriado. De fato, trata-se de um governo, cuja base ou programa político é neoliberal (e não fascista, ou seja, falta o estado fascista para consolidar um suposto fascismo ao governo Bolsonaro). Discursivamente, é um governo nacionalista (como é o fascismo). Contudo, diferentemente do fascismo, que é efetivamente nacionalista e expansionista (imperialista), o nacionalismo do governo Bolsonaro é meramente discursivo e propagandístico, pois, de fato, por exemplo, a agenda privatizante do governo, objetivando vender ao capital transnacional importantes empresas estatais demonstra que ele não é nem nacionalista, muito menos expansionista e muito menos estatista (como é verdadeiramente o fascismo).

Resta também um conjunto de elementos constituintes do fascismo: partido fascista (Bolsonaro não está em nenhum partido), embora esteja a criar um, que até agora não se efetivou; os sindicatos fascistas (o governo Bolsonaro não tem nenhum programa para integrar a classe trabalhadora, seja discursivamente, seja organizacionalmente em seu governo); organizações paramilitares que levam a cabo um programa de violência, mas não violência difusa e sim com finalidade política (em que pese exista um conjunto de fanáticos que defendem o governo e realizem atos de perseguição a opositores, mas nada institucionalizado); doutrina fascista, ou seja, um conjunto de princípios, ideias motrizes articuladas num todo estruturado que podem se configurar como programa de ação etc.

Nada disto existe no governo Bolsonaro. Ele não é, portanto, um governo fascista. Como argumenta Viana:

Um fascismo no Brasil é algo quase impossível. O fascismo é um fenômeno que surge em momentos de crise de um regime de acumulação ou do capitalismo e nos países imperialistas. *Ele é a antecâmara da guerra, uma arma do imperialismo. Logo, o fascismo surge em países imperialistas ou potencialmente imperialistas. É sua característica ser não apenas nacionalista, mas imperialista, integral e totalitário.* Na América Latina existiram ditaduras, mas não fascismo. E a razão disso é que a América Latina é composta por países de capitalismo subordinado, possuindo uma burguesia subordinada ao capital transnacional e ela não pode se livrar dele, e nem é seu interesse. *Sem dúvida, pode existir discursos, grupos, etc., que se dizem fascistas ou neonazistas.* No entanto, são nada mais do que fenômenos natimortos. O fascismo é um nacionalismo imperialista, expansionista, e, portanto, só pode surgir em certos países, bem como, para conseguir chegar ao poder, somente em certas condições históricas. *Na sociedade brasileira, podem surgir cópias mal feitas, usos de alguns*

*aspectos secundários da doutrina fascista, mas não o fascismo de forma integral, ou seja, no seu sentido autêntico (VIANA, 2018) (grifos meus).*

Pelas questões aventadas, só podemos dizer que o suposto fascismo do governo Bolsonaro nada mais é do que mero engodo. É na verdade uma adjetivação feita pela oposição ao governo com a intenção de desqualificá-lo, pois para esta dita oposição ser fascista é algo ruim. Certamente que para um fascista, ser chamado de fascista é um elogio. No máximo, o governo Bolsonaro é liberal-conservantista<sup>3</sup>, ou seja, em questões morais, religiosas etc. defende discursos conservadores e tradicionalistas, mas no âmbito político e econômico, empreende um neoliberalismo discricionário<sup>4</sup>, apesar de o indivíduo Bolsonaro e setores dentro do governo terem uma predileção por um governo ditatorial (o que, para ser implementado, não depende só da vontade do próprio Bolsonaro e de alguns de seus ministros). Assim, o liberal-conservantismo, as predileções autoritárias, a defesa de governos ditatoriais e da própria ditadura militar brasileira não são elementos suficientes para caracterizar o governo Bolsonaro (e muito menos o estado brasileiro) como sendo fascista<sup>5</sup>.

É certo que esta cópia “mal feita” do fascismo apresenta características que se assemelham a elementos do fascismo autêntico, como a questão do nacionalismo, mas feito de tal modo que mal se aproxima de uma caricatura mal desenhada (basta lembrar

---

<sup>3</sup> Conservantismo é aqui empregado para qualificar a tendência política, governo, discursos etc. do espectro conservador. Conservador é tudo e todo aquele que quer conservar a sociedade tal qual é estabelecida. Mas a forma de se fazer isto é variável, criando diferentes formas de expressar o conservadorismo. A ala mais reacionária do conservadorismo se expressa no nazismo, fascismo e conservantismo. Mas há também, no espectro conservador, as tendências liberais, republicanas etc. Assim, todo conservantista é conservador, mas nem todo conservador é conservantista. E da mesma forma, todo conservantista é reacionarista, mas nem todo reacionarista é conservantista. Para mais discussões, confira: “Como combater o reacionarismo?”, de Nildo Viana, disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2019/05/como-combater-o-reacionarismo.html>

<sup>4</sup> Para uma discussão sobre o neoliberalismo discricionário, cf. Maia (2016b) e Viana (2016).

<sup>5</sup> Há, a respeito, diferentes formas de denominar o governo Bolsonaro: “totalitarismo liberal”, “fascismo”, “neofascismo” etc. Temos conhecimento do debate, mas não é nossa intenção aqui entrar nesta seara, o que alongaria demasiado nosso texto. Destes, o pior é certamente fascista, pois remete há um processo que não está dado na realidade brasileira. Os demais, apesar do esforço em diferenciar em relação ao fascismo, remete ainda a processos que não expressam propriamente a dinâmica política em processo no Brasil. Chamamos a atenção, pois, para a necessidade de se desenvolver terminologias apropriadas para revelar a especificidade dos fenômenos, pois, se há semelhanças, há também diferenças. A terminologia proposta visa, pois, dar conta de tais especificidades. Não esgota a questão, mas é, pelo menos, uma senda aberta para pesquisas posteriores.

o modo submisso como Bolsonaro e o ministro das relações exteriores se comportam perante os EUA, a agenda de privatização do ministério da economia etc. para ilustrar a caricatura de nacionalismo de Bolsonaro).

Se não se trata de fascismo, em que consiste, então, o antifascismo que se opõe ao governo Bolsonaro? Como dissemos, o termo fascismo é utilizado muito mais para adjetivar negativamente o governo do que propriamente para descrever e analisar suas proposições políticas. A verdade é que o governo não conseguiu romper com a institucionalidade estabelecida (independência dos três poderes, liberdades civis e políticas, relação com os demais partidos na Câmara e no Senado etc.). Ou seja, apesar de ele manifestamente defender um rompimento institucional dando maiores poderes ao Executivo, o fato é que isto não ocorreu e ele está subordinado a toda a dinâmica da política institucional do estado brasileiro. Se seu suposto fascismo não passa de mero engodo, o suposto antifascismo é no mínimo tragicômico.

Tragicômico, pois carrega consigo a tragédia e a comédia. É trágico por que há segmentos de oposição ao governo com sentimentos (e não mais do que sentimentos) antiautoritários, anticapitalistas, que defendem outra sociedade etc. Embora, via de regra, façam isto de modo ambíguo, contraditório e não raras vezes vacilante. É cômico, e uma comédia sem graça, porque aglutina em seu interior segmentos tão díspares como todos os partidos de oposição ao governo, torcidas organizadas (em suas chamadas tendências antifascistas), grupos e indivíduos anarquistas e autonomistas, organizações sindicais que se posicionam contrários ao governo, movimentos sociais, intelectuais progressistas etc.

Do equívoco em denominar o governo Bolsonaro como fascista deriva o outro equívoco que advém da oposição ao suposto fascismo: o antifascismo. Assim, setores autenticamente antipopulares estão a denominar o governo Bolsonaro de fascista (vide, por exemplo, a declaração de Wilson Witzel, governador do Rio de Janeiro<sup>6</sup>) ou então, partidos que estiveram no poder durante os governos petistas (PCdoB), que se

---

<sup>6</sup> Lembrando que, Wilson Witzel, devido sua política de segurança pública no Rio de Janeiro, é recorrentemente chamado de fascista pela oposição. Novamente, a ideia de que fascista, nas disputas políticas, é muito mais um xingamento, um adjetivo, do que um conceito.

opuseram às consequências mais radicais das manifestações de Junho de 2013, no Brasil, por exemplo, assumem a bandeira antifascista. Está-se agora a falar exaustivamente do papel da Gaviões da Fiel e outras torcidas como sendo as principais mobilizadoras deste movimento antifascista, indo para a linha de frente no combate aos defensores de Jair Bolsonaro. Contudo, é prudente lembrar, que em 2014, esta mesma torcida se opôs às manifestações convocadas por movimentos sociais nas proximidades do Itaquerão como parte das várias lutas contra as consequências das obras da Copa de 2014<sup>7</sup>.

O fato é que a expressão antifascismo no Brasil vem reforçando a ideia de que o governo Bolsonaro é fascista. Ambas expressões equivocadas. Contudo, a ideia de um antifascismo remete a que se desenvolva uma frente ampla de oposição ao governo, tornando homogêneo o que é profundamente heterogêneo. Eis um grande problema da ideia de antifascismo. Liberais, trabalhistas, social-democratas, bolcheviques, anarquistas, autonomistas tendem a se unificar num bloco comum de luta. Partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais tendem a formar um bloco unificado de organizações. Proletários, desempregados, intelectuais, capitalistas e outras classes sociais tendem a se unificar em nome da luta contra o fascismo.

A consequência disto é que:

Quer se admita ou não, o antifascismo tem sido a forma necessária para a colaboração entre trabalhadores e burgueses reformistas. O antifascismo os une afirmando representar o verdadeiro ideal da revolução burguesa, traída pelo capital. A democracia é considerada como um embrião de socialismo, já presente na sociedade capitalista. E o socialismo é representado como a plena democracia. A luta pelo socialismo consistiria em obter o máximo de direitos democráticos dentro do capitalismo. Com a ajuda do espantinho fascista, o gradualismo democrático é revitalizado (BARROT, 2015, p. 129) (grifos meus).

Este suposto antifascismo que emerge por agora no Brasil, na verdade, uma frente de oposição ao governo Bolsonaro, e tal frente é heterogênea em sua composição de classe, organizações, perspectivas políticas, interesses de classe etc. Contudo, a bandeira antifascista ofusca tal heterogeneidade e mais do que isto, submete ou subordina os interesses das classes inferiores aos da “burguesia reformista”, burocracia partidária e sindical, setores do capital que se opõem ao governo (como parte do capital

---

<sup>7</sup> Cf. “Gaviões e Camisa 12 formam frente de defesa do estádio contra protesto”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/05/gavioes-e-camisa-12-formam-frente-de-defesa-do-estadio-contra-protesto.html>.

comunicacional) etc. Ou seja, os interesses de classe do proletariado e demais classes inferiores (lumpemproletários, camponeses, trabalhadores do comércio e serviços, trabalhadores domésticos etc.) estão ofuscados em nome da luta contra o fascismo e em defesa da democracia.

Eis o principal significado do antifascismo (quando realmente a luta é contra o fascismo). No caso brasileiro, trata-se de um arremedo de fascismo (na verdade um governo com intenções autoritárias, que ainda não se confirmaram institucionalmente) e um antifascismo mobilizado pelos setores “democráticos”, ou melhor, o bloco reformista e alguns setores do capital (como parte do capital comunicacional<sup>8</sup>, por exemplo).

Em relação ao pré e pós Junho de 2013, tais manifestações antifascistas significam um retrocesso. Se naquelas lutas que se pretendiam autônomas, independentes, horizontais, apartidárias (e antipartidárias), que primavam pela ação direta, que defendiam interesses imediatos das classes inferiores (como a diminuição da tarifa de ônibus, passe livre estudantil e universal, moradia, como no caso dos atingidos pelas obras da Copa etc.), agora o que se vê é a defesa da “democracia” contra o “fascismo”. Não se trata mais de arrancar conquistas ao estado e ao capital para os trabalhadores. Ou seja, os objetivos, os interesses não são mais autenticamente das classes inferiores.

Também, no campo organizacional, a coisa é ainda mais distante dos interesses dos trabalhadores, pois os partidos retomam a cena (e estes tendem a levar a luta dos trabalhadores para disputas partidárias), os sindicatos se posicionam novamente como hegemônicos sobre os trabalhadores (basta ver as manifestações pela educação em 2019), políticos profissionais notoriamente antipopulares como Wilson Witzel, governador do Rio de Janeiro, João Dória, governador de São Paulo, etc. tentam se aproveitar, com objetivos claramente eleitoreiros da onda antifascista. Ou seja, como defende o artigo de Jean Barrot (2015): “O antifascismo é o pior produto do fascismo”. No caso brasileiro, a coisa é ainda pior, pois um fascismo caricato só pode gerar uma caricatura de antifascismo. Mas tanto em uma quanto em outra, há uma confluência: em

---

<sup>8</sup> Basta observar o tom condescendente com que, por exemplo, as Organizações Globo tratam as manifestações que se opõem às manifestações dos apoiadores de Bolsonaro.

ambas, o capital está preservado, o estado é justificado e o proletariado e demais classes inferiores estão apaziguados e submetidos, embora geralmente não tenham consciência disto.

### **Nem fascismo nem antifascismo: a perspectiva proletária**

Rühle (1978) afirma que a luta contra o fascismo começa pela luta contra o bolchevismo. O que é correto. Acrescentaria aqui que a luta contra o capitalismo começa pela luta contra o antifascismo. Não porque o fascismo deva ser defendido. Afastemos logo esta possível interpretação que leitores mal intencionados possam fazer de nossa reflexão. Para nós, o fascismo é tão somente uma das possíveis vias de organização do estado capitalista. A classe burguesa pode recorrer a ele se as condições históricas assim o permitirem e suas tarefas políticas assim o necessitarem. Mas ela recorre com mais frequência à democracia, podendo se utilizar também do estado de guerra, da ditadura militar ou civil etc. Para manter a acumulação de capital em níveis satisfatórios, a classe capitalista já recorreu historicamente aos mais desumanos meios políticos. Nada impede que ela recorra a este ou àquele novamente ou que no curso do processo histórico possam surgir ainda mais outros. Assim, fascismo, nazismo, ditadura militar, democracia etc. são todos meios possíveis de domínio político da burguesia sobre a classe operária e demais classes inferiores. Todos devem ser questionados de um ponto de vista proletário.

O antifascismo no Brasil, na verdade, uma frente ampla, parlamentar e extraparlamentar, que não se constituiu ainda como uma forma organizacional mais estruturada, contra o atual governo Bolsonaro, constitui-se como um movimento político não-proletário, pois emprega meios, formas de organização, bem como seu objetivo nada mais é do que a retirada de Bolsonaro (ou da chapa Bolsonaro-Mourão). Em ambas possibilidades, reconhece-se o estado e seus procedimentos institucionais como legítimos e adequados aos interesses dos trabalhadores. Caso haja impedimento da chapa e novas eleições sejam convocadas, toda a mobilização (que agora está nas ruas) será deslocada para o campo parlamentar, reacendendo o pavio eleitoral e dando sobrevida a toda sorte de partidos da oposição. Caso só Bolsonaro seja impedido, quem assume é Mourão, o vice-presidente, demonstrando-se assim, inútil, a estratégia de

retirar Bolsonaro do poder, pois o vice não significa mudanças substanciais em relação ao presidente.

Se se coloca no estrito ponto de vista deste suposto antifascismo, somente três alternativas se colocam no horizonte: a) Bolsonaro continua no poder e espera-se novas eleições (dentro disto, o medo do bloco progressista é um possível golpe de estado e rompimento institucional por parte de Bolsonaro); b) realiza-se o impedimento de Bolsonaro e Mourão assume, significando assim certa continuidade do atual projeto; c) realiza-se impedimento da chapa Bolsonaro-Mourão e novas eleições são convocadas, reativando a chama partidária-parlamentar-eleitoral, o que seria a felicidade geral do bloco progressista e de toda esta frente ampla de oposição ao atual presidente.

Impeachment, novas eleições, continuidade do atual governo (com possível rompimento institucional ou não) não interessa aos trabalhadores, não expressa nenhum projeto de classe da perspectiva proletária. Como afirmei antes, esta frente ampla (antifascista) significa um retrocesso às lutas que começaram a se desenvolver a partir da década de 2000. Se ali se apontavam possibilidades de lutas que negavam a via eleitoral, parlamentar, agora, esta parece ser a única solução. Se naquelas lutas começava-se a trilhar uma possibilidade organizativa que fosse além dos estritos limites políticos burgueses (sindicatos, partidos, parlamento, estado, eleições etc.), agora, estes estritos limites aparecem como a possibilidade real de luta, de salvação da geral da “nação” e do “povo”.

Autonomia, independência, horizontalidade, ação direta? Nada mais disso parece ser possível, real ou desejável, pois o objetivo imediato é retirar do poder o suposto fascista (um espantalho) e convocar-se novas eleições. Esta parece ser a única via realista. Até mesmo setores que estavam ativamente envolvidos com as lutas que culminaram em Junho 2013 (alguns setores do anarquismo e autonomismo) rendem-se à luta contra o suposto fascismo e colocam suas forças, energias (sem o querer e muitas vezes sem o saber) à disposição da burocracia (partidária, sindical, parlamentar) e da burguesia (capital comunicacional etc.).

A pergunta que se deve fazer é: qual forma de ação e projeto político é mais adequado à classe proletária e demais classes inferiores? Como já demonstramos, esta

frente ampla (antifascista) está do outro lado da trincheira (burocracia e burguesia). Outro projeto de classe é necessário. Interessa ao proletariado defender seus próprios interesses, seus próprios objetivos, suas próprias organizações, seus próprios métodos de luta.

Assim, interessa ao proletariado constituir suas próprias organizações (comitês de greve, comissões de fábrica, enfim, suas organizações de base, às quais ele próprio constitui e controla). É somente através destas organizações que ele pode formular, enquanto classe, outro projeto político para além da mudança de nomes à testa do estado. Isto é também válido para as demais classes inferiores (lumpemproletariado, trabalhadores dos serviços em geral, classe subalterna etc.). O que estamos dizendo é que, do ponto de vista destas classes, a constituição de um projeto político implica na constituição de um processo de luta, que passa necessariamente na constituição de suas próprias formas organizativas. Assim, para o proletariado, o desenvolvimento de sua consciência política é resultado de organização e luta política. Não há outro caminho. E as trilhas escuras que a burocracia e a burguesia indicam ao proletariado não o conduzem à realização de seus próprios interesses. São para ele becos sem saída. A senda aberta por este suposto antifascismo conduz o proletariado e demais classes inferiores ao abismo político

Da mesma forma, o bloco revolucionário, ou seja, o setor mais consciente e organizado do proletariado (sua expressão política e intelectual), deve-se fazer a mesma pergunta: qual forma de ação e projeto político é mais adequado à classe proletária e demais classes inferiores? Toda ação e projeto político que fortaleça ou crie possibilidades para que a classe operária se autonomize, constitua suas próprias organizações, para que ela se apresente como classe autodeterminada na cena política brasileira. Como já disseram Marx e Engels:

Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não tem interesses que os separam do proletariado em geral. Não formulam quaisquer princípios particulares a fim de modelar o movimento proletário (MARX & ENGELS, 1987, p. 116).

Assim, toda forma de ação que contribua para que o proletariado se constitua como classe autodeterminada, que apresente seu próprio projeto de classe, que contribua para o desenvolvimento da consciência de classe é uma atitude válida, por

menor que seja. Agora, em nome de um falso realismo, jogar os setores mais militantes da classe na luta contra um espantalho fascista, reafirmando aos trabalhadores a validade para eles da democracia, das eleições, dos partidos políticos, dos sindicatos, do estado etc. é a pior das estratégias políticas, um erro sem igual.

Portanto, não se trata de “purismo político ou ideológico”, como é comum que alguns setores mais praticistas do bloco revolucionário possa nos acusar, mas sim de reafirmar que o projeto de classe do proletariado não passa pela troca de governos, nem de regime políticos (ditadura ou democracia). Os interesses de classe do proletariado não significam a defesa do governo A ou do governo B, do partido X ou do partido Y, da democracia ou da ditadura, seja ela militar, nazista ou fascista. Estas são todas oposições que reproduzem a sociedade capitalista. Para o proletariado (e demais classes inferiores) importa a abolição das classes, do estado e do capital. E os meios para se fazer isto são o próprio desenvolvimento da luta proletária. Nem mais e nem menos<sup>9</sup>.

### Últimas palavras

Objetivou-se com este pequeno ensaio demonstrar que a oposição que se vem constituindo na sociedade brasileira entre fascismo e antifascismo é um amontoado de equívocos. Isto não exclui que exista no interior da sociedade brasileira pequenos grupos, indivíduos etc. que se autoproclamem fascistas, neonazistas etc. e de fato defendam tais ideologias. Mas daí a defender que o governo Bolsonaro seja um governo fascista vai uma distância muito grande.

Não existe de fato um fascismo no governo brasileiro. No máximo, como apontamos, existe um governo liberal-conservantista que tem pretensões de romper com a institucionalidade democrática, estabelecendo uma ditadura com amplos poderes para o executivo. Contudo, isto ainda não se operou, sendo, nos dias de hoje, uma possibilidade. Se o estado brasileiro não é fascista, um movimento antifascista é o

---

<sup>9</sup> O número 24 da *Revista Enfrentamento* é inteiramente dedicado à discussão da sobre *Luta de Classes e Estratégia Revolucionária* hoje. Remeto o leitor aos artigos deste número especial da Revista para aprofundamentos sobre as possibilidades da ação da classe trabalhadora, que reafirmem seus interesses de classe, suas formas de organização e ação concretas. Pode ser acessada no seguinte link: <https://redelp.net/revistas/index.php/enf/issue/view/110/showToc>.

combate a um espantalho, tal como a luta de Dom Quixote contra os moinhos de vento. No final das contas, como demonstramos, o que existe efetivamente é uma frente ampla (parlamentar e extraparlamentar) de oposição ao governo Bolsonaro, que é tão antifascista, quanto são monstros dos moinhos de vento de Dom Quixote.

Contudo, esta frente ampla mobiliza politicamente setores da população. É um movimento real e o problema é que o direcionamento da luta implicado nela é antiproletário. Assim, a luta contra o capitalismo começa pela luta contra o suposto antifascismo. Em oposição a este espantalho antifascista (que é burguês e burocrático), o bloco revolucionário deve apresentar outro projeto político que fortaleça ou contribua para que se criem organizações do proletariado (como classe autodeterminada) e demais classes inferiores. E, a partir daí, contribua com o processo de autoeducação destas classes. Ou seja, as ações do bloco revolucionário que não incentivem a auto-organização e autoeducação de classe tendem a perverter a ação política do proletariado e demais classes inferiores. Eis, pois, o sentido preciso da referida luta antifascista agora em curso no país.

## Referências

BARROT, Jean. O antifascismo é o pior produto do fascismo. *Revista Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 04, jul./dez. 2015.

BRAGA, Lisandro. *A classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência as lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016a.

MAIA, Lucas. A PEC 55 e o neoliberalismo discricionário no Brasil. *Revista Despierta*, Ano 03, Núm. 03, 2016b.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RÜHLE, Otto. *A luta contra o fascismo começa pela luta contra bolchevismo*. In: Korsch, Karl et. al. *A contra-revolução burocrática*. Coimbra: Centelha, 1978.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

VIANA, Nildo. A PEC 241/55 e as políticas de austeridade. *Revista Enfrentamento*. Goiânia: ano 11, N. 19, jan/jun. 2016.

VIANA, Nildo. O que é fascismo?. Informe e Crítica. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2018/10/o-que-e-o-fascismo.html>. Acesso em: 01/06/2018.